

A LUTA PELO DIREITO À EDUCAÇÃO DO CAMPO NO ACAMPAMENTO QUINTINO LIRA (PA)

Nelissa Peralta

Doutora em Sociologia (UFPA)

E-mail: nelissapb@ufpa.br

Maurício Oliveira Lima

Graduando em Ciências Sociais

E-mail: mauricioalbertoamil@gmail.com

Mayara Silva Reis

Graduanda em Ciências Sociais

E-mail: mayarasilvareis1@gmail.com

Nadia Alinne Fernandes Correa

Doutora em Antropologia (UFPA)

E-mail: nadia.correa@ifch.ufpa.br

Resumo: Este artigo investiga as mediações que dificultam a plena garantia do direito à educação de crianças do Acampamento Quintino Lira, localizado em Santa Luzia do Pará. Por meio de uma abordagem qualitativa, utilizando técnicas de observação de campo, grupo focal e análise do discurso dos multiatores da Escola Municipal de Ensino Fundamental José Valmeristo. O estudo revelou diversas barreiras que impedem a materialização desse direito. Entre os principais obstáculos encontrados estão a deficiência de infraestrutura física e tecnológica adequadas, a escassez de docentes com formação adequada à realidade vivida pelos alunos, além de desafios adicionais como ataques à educação infantil e estratégias locais de resistência para assegurar a continuidade do ensino. Essas adversidades são mais acentuadas em regiões como a Amazônia, onde acampamentos rurais lutam para concretizar uma educação de qualidade e a plena afirmação dos seus direitos em áreas rurais marginalizadas, ressaltando a necessidade de intervenções direcionadas para superar tais desafios.

Palavras-chave: Amazônia; Educação; Movimento Sem Terra.

Abstract: This article investigates mediations that hinder the full guarantee of the right to education for children from the Quintino Lira Camp, located in Santa Luzia do Pará. Through a qualitative approach, using field observation techniques, focus groups, and discourse analysis of the multi-actors from the José Valmeristo Municipal Elementary School, the study revealed several barriers that prevent the materialization of this right. Among the main obstacles found are the lack of adequate physical and technological infrastructure, the scarcity of teachers with training suited to the reality

experienced by the students, in addition to additional challenges such as attacks on early childhood education and local resistance strategies to ensure the continuity of teaching. These adversities are more pronounced in regions like the Amazon, where rural camps struggle to realize quality education and the full affirmation of their rights in marginalized rural areas, highlighting the need for targeted interventions to overcome such challenges.

Keywords: Amazon; Education; Landless Movement.

INTRODUÇÃO

A educação dos trabalhadores e seus filhos nas áreas rurais foi durante muito tempo uma importação dos modelos aplicados nos centros urbanos, reproduzindo seus valores e práticas. Com a redemocratização e a pressão popular, surgiram iniciativas de educação no campo promovidas por movimentos sociais, visando assegurar a educação básica e desenvolver lideranças locais. Essas experiências foram reconhecidas e integradas às políticas públicas, como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária¹- PRONERA (Molina, 2006), que atende jovens e adultos de assentamentos criados ou reconhecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), quilombolas e trabalhadores rurais. Entretanto, na maioria dos territórios ainda não reconhecidos, as escolas, quando existem, ainda sofrem de extrema precariedade e seguem o modelo homogeneizador com currículos apartados das particularidades e das necessidades do campo.

O Movimento Social dos Trabalhadores e Trabalhadores Sem Terra (MST), que completa 40 anos em 2024, tem como objetivo promover uma Reforma Agrária Popular. Essa reforma não se limita somente à redistribuição da terra; ela propõe uma transformação no modelo de desenvolvimento da agricultura almejando a democratização da terra, a soberania alimentar e a conservação dos recursos ambientais, articulado a um projeto popular e inclusivo para o Brasil (MST, 2023). A universalização do acesso à educação pública de qualidade para os trabalhadores do campo é um dos principais

¹O PRONERA, criado em 16 de abril de 1998, por meio da Portaria 10/98, propõe e apoia cursos de educação básica (alfabetização, ensinos fundamental e médio), técnicos, cursos superiores e de pós-graduação e também capacita educadores para atuarem nos assentamentos e coordenadores locais - multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias.

meios para a construção do Projeto de Reforma Agrária Popular do MST. O projeto de educação do campo que o movimento reivindica é um projeto crítico, emancipatório e radical que tem “o trabalho socialmente produtivo, a luta social, a organização coletiva, a cultura e a história como matrizes organizadoras do ambiente educativo escolar” (MST, 2023).

Diante da atual conjuntura nacional, marcada por ataques do neoliberalismo à educação pública e gratuita, a partir de um golpe jurídico-parlamentar e um governo de extrema direita que impôs restrições ao financiamento educacional, desafiando as metas do Plano Nacional de Educação (PNE) para o período de 2014 a 2024, o artigo trata das dificuldades de acesso à educação pública de qualidade no acampamento Quintino Lira², em Santa Luzia do Pará, refletindo sobre a centralidade da educação para o futuro e o desenvolvimento sustentável da região.

METODOLOGIA

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, utilizando as técnicas de observação de campo, grupo focal e análise do discurso.

O grupo focal considera um tema para discussão e responde a uma pergunta de pesquisa. A equipe de trabalho consistiu em uma mediadora, dois relatores e dois observadores. A mediação é responsável por conduzir o debate, obtendo a exteriorização do máximo de opiniões. Os relatores devem registrar as falas dos participantes e os observadores registram os gestos e outros detalhes que julgam importantes. A equipe deve estar preparada para transmitir segurança e transparência na comunicação para chegar aos resultados esperados (Aschidamini, 2004).

O roteiro do grupo focal foi baseado no pré-diagnóstico organizado por uma professora, membro do Centro de Formação de Professores da Educação Básica (CEFOR), da Secretaria Estadual de Educação (SEDUC). As perguntas norteadoras versavam sobre como funcionava a escola no dia a dia: quais são os turnos da escola? Como funciona a relação com a gestão escolar e municipal? Qual é o tempo do cargo da diretora? Como é feita essa escolha? A formação dos professores é contínua? De que maneira é realizada a parte

² Quintino da Silva Lira, que dá nome ao acampamento, foi um agricultor e ativista que enfrentou o governo estadual contra a invasão de terras na região do Alto Rio Guamá, no Pará. Quintino foi assassinado com dois tiros de fuzil por uma tropa de policiais militares fortemente armados. A ordem para encerrar as ações dos guerrilheiros partiu do governador do Pará, Jader Barbalho. Seu corpo foi levado pelos policiais para Capitão Poço, onde foi exposto ao público. (https://pt.wikipedia.org/wiki/Quintino_Gatilheiro)

financeira da escola? Como ocorrem as reuniões com os pais? Como funciona a relação dos moradores com a escola? Qual a importância da escola para o território?

Após a transcrição dos dados, a análise foi feita por meio das interpretações obtidas durante a técnica. Foram analisados os diálogos, as respostas às perguntas, os consensos e dissensos. Ao fim da técnica foram sugeridas formas de lidar com alguns dos problemas relatados.

Quando a pesquisa foi realizada, em novembro de 2023, o território ainda era um acampamento e o INCRA ainda não havia oficializado a criação do assentamento, que só ocorreu em junho de 2024. Por isso, ao longo do artigo muitas vezes nos referimos ao território como Acampamento, pois a descrição se trata da realidade de uma escola organizada em acampamento.

O ACAMPAMENTO QUINTINO LIRA

O Acampamento Quintino Lira está localizado no município de Santa Luzia do Pará, no nordeste paraense. A terra foi ocupada em 2007 em uma fazenda denominada Cambará, em uma área totalmente sobreposta a uma área da União, a Gleba Pau de Remo. A área da Fazenda Cambará foi desafetada em 2013 e, depois de uma vistoria realizada em 2015, recomendada pelo INCRA para criação do Projeto de Assentamento.

As primeiras famílias acampadas que ocuparam em 2007 a Fazenda denominada Cambará foram colonos retirados em 2003 da Vila Bacaba, da Terra Indígena dos Tembé, no Alto Rio Guamá. Os posseiros ocuparam essa área na Terra Indígena por cerca de 40 anos. Em 14 de agosto de 2007, 22 famílias (colonos expulsos da terra indígena, somados a alguns trabalhadores da fazenda) resolveram ocupar a fazenda Cambará, ao obterem informações sobre as irregularidades de titulação da propriedade, que teria sido grilada pelo suposto proprietário, o então deputado federal Josué Bengtson, pastor chefe da Igreja Quadrangular no Pará. Entre 2007 e 2008 foram chegando mais famílias, alcançando um total de 108 famílias em 2008, que permaneceram na área plantando culturas temporárias, tipo roça, principalmente de mandioca. Em abril de 2010, as lideranças tiveram o primeiro contato com o MST e aderiram ao movimento. As famílias têm resistido na terra desde então, apesar de enfrentarem vários despejos, desde o início dos anos 2010.

Em setembro de 2010 duas lideranças do acampamento, João Batista Galdino de Souza e José Valmeristo Soares, sofreram sequestro e tortura. José Valmeristo foi assassinado, enquanto seu companheiro conseguiu escapar.

Marcos Bengtson foi acusado como mandante do assassinato do trabalhador e preso temporariamente, mas solto ainda em 2013. Depois do assassinato, as famílias ocuparam novamente a área e ali permanecem desde então. Em 11 de novembro de 2013, o Ministro do Desenvolvimento Agrário fez a desafetação de uma área de 4.900 hectares, decisão publicada no Boletim de Serviço no 117-2 de 12/11/2013.

Em julho de 2015, uma equipe do INCRA realizou uma vistoria da área para avaliar se esta atenderia os requisitos constitucionais previstos para reforma agrária, apresentando como conclusão que “o imóvel apresenta condições plenamente favoráveis para criação de Projeto de Assentamento, caso seja devidamente acompanhado e observado suas características intrínsecas e extrínsecas” (INCRA, 2015, p. 19). Após a vistoria, a demarcação feita pelos funcionários do INCRA foi destruída a mando do fazendeiro.

O período após a vistoria técnica do INCRA foi marcado pelo recrudescimento da violência, com ataques físicos, incêndio de casas, destruição de roças com tratores e gado. Vários Boletins de Ocorrência foram registrados na delegacia regional relatando os ataques.

Em 2021 um avião sobrevoou a área lançando agrotóxico que destruiu plantações, contaminou a terra, as pessoas e a água. O acampamento venceu uma ação judicial, recebendo como indenização equipamentos e mobiliário escolar. Em agosto de 2023, o fazendeiro recebeu notificação judicial para desocupação da área e provocou novos ataques desde então.

Finalmente, em junho de 2024, o INCRA oficializou a criação do Assentamento Quintino Lira para 150 famílias, notícia que o movimento e as famílias receberam como uma grande vitória, após tantos anos de enfrentamentos e resistência.

A ESCOLA JOSÉ VALMERISTO

No acampamento funciona a escola José Valmeristo Soares. A escola se localiza no antigo barracão que hospedava os trabalhadores da fazenda Cambará. A escola é um anexo da Escola Raimundo Alves, localizada na Vila Pau de Remo (código INEP 15094537). Ela tem uma estrutura de madeira, contendo apenas uma sala de aula. No ano de 2023, a estrutura da escola estava composta de três (3) salas: uma (1) sala de aula, uma (1) sala de reunião/secretaria, uma (1) cozinha e (1) banheiro. A lista de alunos matriculados contém 60 ao todo. As turmas funcionam na educação infantil, ensino fundamental e à noite com turma de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

As principais dificuldades relatadas sobre a educação no acampamento tratavam-se da infraestrutura precária, falta de material didático, falta de alimentação adequada e de como as turmas são organizadas de forma multisserieada. A multisserie pode ser caracterizada pela reunião, em uma mesma sala de aula, de um grupo altamente heterogêneo em seus estágios cognitivos/formativos de diferentes séries ou anos letivos sob a responsabilidade docente de um único educador. (Lopes e Neto *apud* Oliveira, 2021, p. 49).

Figura 1: Escola do Campo E. M. E. F. José Valmeristo



Fonte: Autores, 2023.

Embora cerca de metade das matrículas da Escola Raimundo Alves seja de alunos do acampamento, as lideranças relataram que poucos recursos destinados aos alunos chegam ao anexo.

Em 3 de março de 2013, durante a administração do ex-prefeito Adamor Aires (2013–2016), a escola situada no acampamento foi fechada, forçando as crianças a se deslocarem para a escola da Vila Pau de Remo. Nesse novo ambiente, as crianças, identificadas como moradoras do acampamento,

enfrentaram diversas formas de preconceito e humilhação, conforme relatado pelos alunos e membros da comunidade.

A escola reiniciou suas atividades em 2014. O poder público municipal fez uma única reforma na escola em 2015, quando ela reabriu. A partir daí, toda manutenção e reformas foram realizadas pelos moradores e professores que doaram valores monetários substanciais do próprio bolso para reformar o prédio e construir banheiros, fossa e poço. No final de 2023, o acampamento recebeu novo mobiliário e equipamentos escolares como indenização pela ação ajuizada contra o fazendeiro que pulverizou o território com agrotóxicos. A comunidade do acampamento novamente precisou se organizar para realizar uma reforma no prédio com material e mão-de-obra próprios.

Existem diversas dificuldades enfrentadas pelos alunos e professores para manter a escola funcionando, a seguir descreveremos e discutiremos os principais problemas relatados pelos moradores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A IMPORTÂNCIA DA ESCOLA PARA A RESISTÊNCIA NA TERRA

Neste primeiro momento perguntamos sobre a importância da escola para o território. Os moradores relataram que a escola é central para a permanência e resistência no acampamento e por isso é negligenciada pelo poder público municipal.

O MST tem um grupo de trabalho quando se faz um acampamento: a primeira coisa que ele faz é montar uma escola. Tanto faz se essa escola é paga pelo governo, ou essa escola [funcione] de forma voluntária com alguns do quadro de militância. Essa escola aqui já trabalhou por um tempo no trabalho voluntário com alguns professores que estiveram aqui, que trabalharam de forma voluntária, que trabalharam sem receber, e depois essa escola começou a passar pela gestão [municipal]. (Naice Verônica de Sousa, Grupo focal em 3 de novembro de 2023).

Onde o MST tá a primeira preocupação que a gente tem é de fazer uma escola e colocar o professor pra estudar para ensinar as crianças, né? Então, eu sou dessa comunidade de professores, eu trabalhei por primeiro. Criticavam e me perguntavam porque “eu vou empatar o meu tempo sem

ganhar nada”? (Maria do Socorro, Grupo Focal em 3 de novembro de 2023).

Muitos lutaram aqui por causa dessa terra e para a existência dessa escola, porque aqui tem muitas crianças. Então acho que pelo total de crianças que nós temos é importante que a gente tenha uma escola dentro do acampamento. As pessoas não têm esse olhar de amor com as pessoas daqui de dentro. Porque isso vai formar pessoas aqui dentro, né? Principalmente a gente que tem que passar o nosso conhecimento para elas, para elas terem esse amor maior pelo que foi criado dentro do acampamento pra elas, que vieram dos nossos companheiros mais velhos (Luzia Kamilly Nascimento da Silva, Grupo Focal em 3 de novembro de 2023).

A escola representa não só um espaço de ensino, mas também um espaço de resistência e segurança, que gera e reproduz conhecimentos, práticas e valores. Além disso, os relatos informaram que em escolas fora do acampamento, as crianças passam por constrangimentos e humilhações, por serem moradores do Quintino Lira. Assim, manter a escola do acampamento significa proteger a dignidade e a integridade das crianças.

COMO É REALIZADO O ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO DAS CRIANÇAS?

Levando em conta que a escola do campo deveria ter uma característica específica de tentar conversar com a realidade das crianças, é preciso que se entenda como ocorre o planejamento e a coordenação pedagógica e o processo de relação da comunidade com a escola. Perguntados sobre o planejamento pedagógico da escola, os interlocutores afirmaram que: “ela é feita por eles, Pau de Remo... Raimundo Alves, escola Raimundo Alves. E aí eles só mandam a cópia pra gente”.

Observando o trecho acima, é evidente a falta de participação dos professores do Acampamento Quintino Lira na formulação dos projetos curriculares das crianças da escola José Valmeristo. Essa tarefa é realizada pelo corpo docente e gestão da escola Raimundo Alves, à qual a escola do acampamento é um “anexo”. Portanto, por não haver a participação plena dos professores do acampamento, constrói-se uma barreira que dificulta o diálogo da gestão para com a escola e os saberes locais.

Como mencionado, os docentes do acampamento não participam efetivamente de nenhuma ação referente ao planejamento curricular. Grande

parte das perguntas levavam às mesmas respostas. As professoras são muitas vezes impedidas de participar das formações oferecidas pela direção do Movimento aos educadores do campo, com a justificativa de que as formações do MST não estariam presentes no currículo.

Eles não aceitam o conteúdo da gente. Uma vez eu lancei um conteúdo que tirei do MST. Dei uma aula e foi devolvido minha caderneta dizendo que eu tinha que mudar aquele relatório. Aconteceu comigo. Foi direcionado. [Então] não coloquei assunto do MST. (Maria do Socorro, Grupo focal em 3 de novembro de 2023).

A perseguição da gestão tá tão pesada em cima da gente que amanhã a professora tinha que sair daqui pra ir pro curso de agroecologia em educação do campo lá em Imperatriz, no Maranhão. E a diretora simplesmente negou a ida da professora por entender que ia passar muitos dias fora da escola. Então, é uma perseguição, a gente não tem participado dos cursos de formação do Movimento Sem Terra, do setor de educação... a gente não tem conseguido acompanhar porque quando vem a demanda a diretora simplesmente diz assim: "não vai, não vou liberar, não vai, porque se sair vai ter problema". (...) E assim, a gente nem participa dos cursos de formação do Movimento Sem Terra e nem participa dos cursos de formação da gestão [municipal]. Teve agora recente...é... Forma Pará, não foi? Em Santa Luzia? Alfabetiza Pará em Santa Luzia? Do acampamento não foi nenhum professor (Naice Verônica de Sousa, Grupo focal em 3 de novembro de 2023).

Em algumas ocasiões a gestão municipal não incluiu os professores da escola José Valmeristo nos seus processos formativos, pelo fato desses professores exigirem liberdade na construção do plano pedagógico da escola do acampamento. Por outro lado, impede que os professores participem de outras formações do Movimento Sem Terra.

Por conta da falta de participação dos professores do acampamento no planejamento pedagógico, há uma grande falta de diálogo por parte não só da escola Raimundo Alves, mas também, principalmente, da gestão municipal com a comunidade do acampamento e com os saberes locais. Tal problema, por sua vez, reforça ainda mais o processo de desumanização das pessoas do Movimento Sem Terra, ao excluírem suas vozes e ideias de um plano pedagógico que foque na realidade das crianças do acampamento.

Sobre a estrutura da escola, os interlocutores relataram que esta era muito precária:

Porque hoje você entra aqui no nosso colégio... você aqui não encontra uma impressora, aqui a gente não encontra um material didático. Se tem esse banheiro, foi nós que nos juntamos e fizemos. Se nós temos aquele pé da caixa d'água foi nós que nos reunimos, juntamos a comunidade... Se nós temos aquela fossa cavada agora esse ano, entendeu? Se nós temos esse poço aí, é nós que mantemos esse poço (...) (João Batista, Grupo focal, 3 de novembro de 2023).

Durante os três dias de pesquisa de campo observamos a precariedade da escola. Não havia água nos banheiros e na cozinha, os equipamentos como fogão e freezer estavam enferrujados. Em relação à equipe da escola, os interlocutores relataram a necessidade de contratação de outros profissionais.

Aqui nós precisamos de um zelador, aqui não tem zelador... Aqui nós não temos o vigia. Nós só temos esses quatro professores, porque nós seguramos a barra, nós vamos pra cima, na luta, corremos atrás pra conseguir segurar eles, entendeu? (João Batista, Grupo focal, 3 de novembro de 2023).

O BOICOTE À ESCOLA COMO “JOGADA POLÍTICA”

É porque vocês ainda não entenderam qual é a situação desse colégio do acampamento... Vocês ainda não entenderam que isso é jogada política. Se eles fecharem o colégio, se eles conseguirem fechar o colégio, as mães de família que têm sua bolsa família vão ser obrigadas a sair aqui do acampamento pra botar o filho pra estudar fora (...) (João Batista, Grupo focal. 3 de novembro de 2023).

João Batista, coordenador do acampamento, avalia que os ataques direcionados à educação do território são parte de um projeto, de uma “jogada política”. Têm como objetivo causar a dispersão da população do acampamento e o enfraquecimento da resistência na terra, especificamente a saída de pessoas que precisam assegurar a educação de seus filhos.

O foco está na escola do acampamento, porque esta é considerada um dos pilares mais importantes do Movimento Sem Terra, além desta ser

responsável por reproduzir os valores e práticas fundamentados no pensamento crítico e revolucionário do MST. O ataque à escola é uma forma eficaz que os opositores do acampamento Quintino Lira encontraram para pressionar os trabalhadores a saírem do local.

(...) Se não tem escola para o filho estudar, é claro que os pais vão abandonar a terra. Então a tentativa deles foi essa: tirar a escola, que é para os pais de família abandonarem a terra. [Quando fecharam a escola] foi feita uma conversa e foi decidido [pelos moradores do acampamento] que o pessoal ia continuar aqui, que as crianças não iam estudar, e depois no outro ano as crianças foram pra escola de Pau de Remo, e aí tivemos toda essa problemática aí de não pertencer ao território (...) (Naice Verônica de Sousa, Grupo focal em 3 de novembro de 2023).

Ao serem discutidos alguns direitos e princípios da educação, principalmente relacionados ao direito à alimentação, seguindo o Programa Nacional de Alimentação Escolar — cujo intuito é promover a educação alimentar e nutricional respeitando a cultura, as tradições e o contexto territorial —, os acampados disseram ter ciência desses direitos, tendo inclusive denunciado as irregularidades da gestão escolar no Ministério Público.

Olha, em março fiz uma denúncia no Ministério Público de Santa Luzia do Pará. Tem uma denúncia feita lá, até agora não saiu nada, não teve resposta nenhuma. (...) mas em Santa Luzia tudo pode... Em Santa Luzia tudo pode (João Batista, Grupo focal, 3 de novembro de 2023).

Os problemas enfrentados pela escola já foram objeto de denúncia, mas não houve mudanças ou melhorias. Não existe a efetivação dos direitos assegurados pela norma legal e o poder judiciário, que deveria impor sanções ao poder executivo municipal para os efetivar, não faz seu papel. Por isso, os interlocutores afirmam “em Santa Luzia tudo pode”. Ou seja, uma norma que não tem efeito, na prática, coloca em dúvida a efetividade desse direito.

Outro artifício usado para enfraquecer o ensino no acampamento foi a transferência de professores vinculados e formados no movimento. Uma das professoras relatou que foi transferida da educação infantil para a Educação de Jovens e Adultos.

Eu sempre trabalhei com a educação infantil. Está com dois anos que fui transferida para o EJA por causa da minha idade. Dois anos. Então, eles achavam que já [estava] puxado pra mim [porque] criança dá muito trabalho. Então, eles me transferiram e eu estou trabalhando com eles aqui a noite (Maria do Socorro, grupo focal, 3 de novembro de 2023).

Para Brito *et al.* (2008), na prática educacional do MST as crianças estudam para se formarem sujeitos, analisando a realidade que os cerca, e conscientes de seu papel no Movimento e na luta pela transformação social. A atuação da professora e militante do MST na educação infantil faz parte dessa agenda política do movimento de formar, desde cedo, a identidade sem-terra dos sujeitos acampados. No acampamento Quintino Lira, as crianças já declaram pertencer ao movimento “Sem-Terrinha”, participando da atividade política do acampamento, dos eventos de formação, das “místicas”, etc.

Trazendo novamente o termo “jogada política”, ao ser exposto pelos integrantes da roda, para descrever a transferência de uma professora para o Ensino de Jovens e Adultos (EJA), eles interpretaram como uma estratégia para minimizar sua influência na educação das crianças. Eles acreditam que o motivo por trás dessa ação foi impedir que os alunos fossem afetados pelos conhecimentos e práticas da professora, que são fortemente influenciados pela resistência e pelos ideais político-sociais do MST e do Acampamento Quintino Lira.

A educação do campo, segundo Roseli Caldart, nasce das experiências de classe dos movimentos camponeses e de sua radicalidade pedagógica. Nesse sentido, a relação da educação do campo com as políticas públicas do Estado é, em última instância, uma relação antagônica, pois estes têm projetos de sociedade muito diferentes (Caldart, 2009).

Para o Movimento Sem Terra, o acesso à educação é uma das condições para a construção da Reforma Agrária Popular. Mas a escola não pode ser tomada “como instituição cuja forma e conteúdo valem em si mesmos, em qualquer tempo e lugar, com qualquer pessoa, desenvolvendo uma ‘educação’ a-histórica, despolitizada (ou falsamente despolitizada), asséptica” (Caldart, 2009, p. 46).

A Educação do campo se coloca em luta pelo acesso dos trabalhadores ao conhecimento produzido na sociedade e ao mesmo tempo problematiza, faz a crítica ao modo de

conhecimento dominante e à hierarquização epistemológica própria desta sociedade que deslegitima os protagonistas originários da Educação do campo como produtores de conhecimento e que resiste a construir referências próprias para a solução de problemas de uma outra lógica de produção e de trabalho que não seja a do trabalho produtivo para o capital (Caldart, 2009, p. 38).

Para o MST, a educação é vista não apenas como o acesso à escola, mas também como diferentes tipos de conhecimento e bens culturais, formação para o trabalho e para a participação política, para a produção de alimentação saudável e para a prática de valores humanistas e socialistas (MST, 2023). A luta social e a organização coletiva são parte das matrizes formadoras de sua pedagogia. A construção da identidade “Sem Terra” é um dos objetivos pedagógicos da escola e o cultivo da memória do movimento um dos métodos.

A vivência em um movimento social, e em específico o MST, promove a construção de aprendizados coletivos que vão se materializando em novas formas de vida e de cultura, e representam uma ruptura com antigas visões de mundo e de sociedade (Pelegrini e Pereira, 2022, p. 5).

A escola leva o nome do companheiro assassinado por jagunços na luta por aquela terra: José Valmeristo Soares. Assim, nomeando e homenageando o companheiro tombado na luta. Aa própria escola é símbolo da resistência dos acampados nos 17 anos de luta por aquele território. O espaço físico onde a escola está sediada é um barracão, que abrigou os trabalhadores da antiga fazenda que foi ocupada. O barracão, que antes representava a precariedade do trabalho no campo, hoje abriga um projeto de educação emancipatória.

Para Christóffoli (2006, p. 96), a luta pela educação nos assentamentos é uma luta contra o poder local, que quase sempre busca levar as crianças para escolas fora do assentamento e para escolas urbanas. Assim como em outros acampamentos, a escola José Valmeristo é fruto de organização, luta e resistência coletiva das famílias acampadas e dos educadores. Por conta de tudo isso, a escola Sem Terra é um acinte para o poder político local. Os acampados nos relataram que “a intenção do poder público municipal é destruir nossa escola, porque para eles não é interessante ter uma escola do acampamento”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os moradores do Acampamento Quintino Lira passam por inúmeras dificuldades que atingem não só a educação, como também outros campos, sendo o principal a regularização fundiária. Apesar do Ministro do Desenvolvimento Agrário ter feito a desafetação da área em 2013, e do relatório do INCRA³ indicar a criação de Projeto de Assentamento no território, até hoje isso não se materializou. Para Loureiro (2019, p. 191), o Estado é o maior responsável pela falta de demarcação de terras, uma vez que, os órgãos responsáveis, como a SUDAM⁴, adotam um procedimento de incentivos para a agropecuária que atesta a não existência de posseiros, apesar de eles morarem há muitos anos, definindo, dessa forma, as áreas como disponíveis para venda, transferência ou desimpedida para fins de obtenção de Incentivos Fiscais.

Além disso, é evidente o quanto a escola do acampamento sofre de total abandono, uma vez que, por encontrarem-se como um anexo de outra escola, sua gestão controla os recursos que deveriam ser destinados aos alunos matriculados na Escola José Valmeristo. Diversas denúncias foram feitas ao Ministério Público, contudo, não houve resposta vinda dos órgãos responsáveis.

Dito isso, apesar de não haver um embate direto da gestão municipal com o Acampamento Quintino Lira, esse conjunto de flagelos direcionados para a educação visa aos poucos enfraquecer a força do MST enquanto um movimento legítimo de luta pela terra. Essa negligência que os governos municipal e estadual têm com o acampamento acontece desde que a escola foi construída. Aqueles que têm o poder de mudança se mostram indiferentes em relação à situação de precariedade e invisibilização que a escola se encontra.

A escola do campo é um dos pilares mais importantes do Movimento Sem Terra, porque tem um papel de integração e de fortalecimento político dos territórios, com potencial de desenvolver o pensamento crítico e revolucionário do MST. Os ataques contra os estudantes e contra a escola José Valmeristo – pilar do Acampamento Quintino Lira – são parte de uma estratégia política para enfraquecer o movimento e fazer com que os moradores abandonem a terra. Felizmente, após anos de resistência das famílias, o assentamento foi oficializado. Espera-se que isso melhore as

³ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

⁴ Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

condições da escola José Valmeristo para que possa cumprir seu projeto de educação do campo voltado ao trabalho socialmente produtivo, à luta social e à organização coletiva.

REFERÊNCIAS

ASCHIDAMINI, IONE MARIA; SAUPE, ROSITA. GRUPO FOCAL ESTRATÉGIA METODOLÓGICA QUALITATIVA: UM ENSAIO TEÓRICO. **COGITARE ENFERMAGEM**, V. 9, N. 1, 2004. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/COGITARE/ARTICLE/VIEW/1700](https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/1700). ACESSO EM: 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

BRITO, NILZA BISPO ET AL. **MST: A PEDAGOGIA FREIRIANA A FAVOR DA FORMAÇÃO DO SEM TERRA.** 2008. DISPONÍVEL EM: [HTTP://ACERVO.PAULOFREIRE.ORG:8080/XMLUI/HANDLE/7891/4237](http://acervo.paulofreire.org:8080/xmlui/handle/7891/4237). ACESSO EM: 30 MAR. 2023.

CALDART, ROSELI. EDUCAÇÃO DO CAMPO: NOTAS PARA UMA ANÁLISE DE PERCURSO. **TRAB. EDUC. SAÚDE**, RIO DE JANEIRO, V. 7 N. 1, P. 35-64, MAR./JUN.2009

CHRISTÓFFOLI, PEDRO IVAN. PRODUÇÃO PEDAGÓGICA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E SINDICAIS. IN: MOLINA, MÔNICA CASTAGNA. **EDUCAÇÃO DO CAMPO E PESQUISA: QUESTÕES PARA REFLEXÃO**. – BRASÍLIA: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2006

LOUREIRO, VIOLETA REFKALEFSKY. **AMAZÔNIA: ESTADO, HOMEM, NATUREZA**. 4º ED. BELÉM: CULTURAL BRASIL, 2019.

MOVIMENTO SEM TERRA. **PROGRAMA AGRÁRIO DO MST: TEXTO PARA DEBATES E AJUSTES**. MST, 2023.

OLIVEIRA, A. J. PAIVA. **A ESCOLA E A TERRA: ENSINO DE HISTÓRIA E EDUCAÇÃO EM SITUAÇÕES DE CONFLITOS NAS SÉRIES INICIAIS DA ESCOLA JOSÉ VALMERISTO, ASSENTAMENTO QUINTINO LIRA/ SANTA LUZIA DO PARÁ**. DISSERTAÇÃO (MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA) - CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA, UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, ANANINDEUA, 2021. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://REPOSITORIO.UFPA.BR/JSPUI/HANDLE/2011/15513](https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/15513).

PELEGRINI, MAIARA; PEREIRA, MARIA. S. F. O PAPEL DA EDUCAÇÃO NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE DO SUJEITO SEM-TERRA. **REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO**, V. 7, 2022.

PINHEIRO, MARIA DO SOCORRO DIAS. A CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO NO CENÁRIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DA SOCIEDADE BRASILEIRA. P. 1-13, 2007. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.GEPEC.UFSCAR.BR/PUBLICACOES/EDUCACAO-NO-CAMPO/A-CONCEPCAO-DE-EDUCACAO-DO-CAMPO-NO-CENARIO-DAS.PDF](https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/educacao-no-campo/a-concecao-de-educacao-do-campo-no-cenario-das.pdf). ACESSO EM: 10 DE JANEIRO DE 2024.

QUAIS OS DIREITOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO SEGUNDO A BNCC. PROGRAMA PLENO. 2022. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://PROGRAMAPLENO.COM.BR/BLOG/DIREITOS-DE-APRENDIZAGEM-E-DESENVOLVIMENTO/](https://programapleno.com.br/blog/direitos-de-aprendizagem-e-desenvolvimento/). ACESSO EM: 12 DE DEZEMBRO DE 2023.

SAVIANI, DERMEVAL. A CRISE POLÍTICA E O PAPEL DA EDUCAÇÃO NA RESISTÊNCIA AO GOLPE DE 2016 NO BRASIL. IN: KRAWCZYK, NORA; LOMBARDI; JOSÉ CLAUDINEI (ORG.). **O GOLPE DE 2016 E A EDUCAÇÃO NO BRASIL**. 1ª EDIÇÃO ELETRÔNICA. UBERLÂNDIA-MG: NAVEGANDO PUBLICAÇÕES, 2018. PP.27-45. DISPONÍVEL EM: OGOLPEDE2016EAEDUCAÇÃONOBRASIL__BOOK-3.PDF (MARXISMO21.ORG). ACESSO EM: 10 DE DEZEMBRO DE 2023.